

# A PRISÃO – UM LUGAR DOS «OUTROS»: REVISITANDO A CADEIA DA RELAÇÃO DO PORTO (1925-1933) A PROPOSITO DO CAPITÃO TITO LIVIO CAMEIRA\*

MARIA JOSÉ MOUTINHO SANTOS\*\*

**Resumo:** Este é um trabalho exploratório sobre alguns aspetos da gestão do capitão Tito Lívio Cameira, que foi diretor da Cadeia da Relação entre 1925 e 1933 e que, no contexto desolador do nosso sistema prisional, assumiu melhorar as condições de vida dos seus reclusos e dar-lhes algumas oportunidades de regeneração.

**Palavras-chave:** República; Estado Novo; Cadeia da Relação; Cadeia Civil do Porto; Tito Lívio Cameira; Prisões.

**Abstract:** This is an exploratory study concerning some aspects of the work of Captain Tito Lívio Cameira as warden of the Civil Prison of Oporto (Cadeia da Relação) between 1925 and 1933, and how he sought, within the harsh landscape of the then Portuguese Penal System, to improve the living conditions of inmates, and provide them with an opportunity to regenerate themselves.

**Keywords:** Republic; Estado Novo; Cadeia da Relação; Cadeia Civil do Porto; Tito Lívio Cameira; Prisons.

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho voltámos à história da prisão, sendo que nesta circunstância centramo-nos num período da história portuguesa entre os últimos anos da República e o advento do Estado Novo, num tempo marcado pelas sequelas das hesitações e inoperâncias da República no domínio das reformas das instituições penais e os ainda pouco definidos projetos do novo regime. O enquadramento, que nos é deveras familiar, é o da velha cadeia setecentista da Relação do Porto<sup>1</sup>. O pretexto deste regresso prende-se com os resultados de um estudo exploratório para um projeto sobre a história da prisão no século XX, que estamos a desenvolver. No decurso da investigação deparámo-nos com um personagem – o capitão Tito Lívio Cameira –, que foi diretor da Cadeia de 1925 a 1933, e com alguns aspetos da sua gestão, a que vinculou de forma particular os reclusos que tinha à sua responsabilidade.

Tito Lívio Cameira foi claramente marcado pela sua formação e pelos seus princípios republicanos, procurando demonstrar durante o tempo do seu exercício que podia fazer a diferença tornando uma prisão, há muito condenada, um lugar onde era possível melhorar as condições de vida dos reclusos e dar-lhes algumas oportunidades de regeneração. Para isso assumiu mudanças, alterou rotinas, saneou comportamentos. Para demonstrar esse trabalho aproveitou comemorações, convocou amigos, chamou a

---

\* Agradeço à Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais as facilidades concedidas e à Dr.ª Teresa Pinheiro Torres, responsável pelo Arquivo Norte daquela Direção, todo o apoio dado à investigação.

\*\* CITCEM/FLUP.

<sup>1</sup> Utiliza-se esta designação mais conhecida ainda que na época a que este estudo se reporta a oficial fosse já Cadeia Civil do Porto.

atenção da imprensa e, numa atitude inédita, mandou publicar à sua responsabilidade dois Relatórios internos referentes aos anos de 1930 e 1931, que foram acompanhados por uma ampla reportagem fotográfica e por um conjunto de caricaturas sobre o quotidiano da instituição. A Cadeia e os seus reclusos tornaram-se desta forma alvo, e por boas razões, do interesse e do apoio público.

## 1. ANÁLISE

Decorridos 40 anos sobre a publicação do brilhante e polémico ensaio de Foucault *Surveiller et punir. Naissance de la prison*, pedra de toque de um debate internacional que deixou importantes sequelas na historiografia das instituições de confinamento, não será redundante reafirmar hoje a complexidade da abordagem da história da prisão, imersa ainda em teorias interpretativas que, face à sua diversidade, têm tido o inegável valor de manter o debate em aberto.

Neste «regresso» à Cadeia da Relação do Porto «encontramo-nos», mais uma vez, com um *estudo de caso*, que vem consolidar a importância e a validade destas análises no estudo da história das instituições penais em Portugal entre o liberalismo e o Estado Novo. Em cenários como o nosso em que prevaleceram no tempo, para além do que poderia ser espetável, muitos dos velhos espaços prisionais – alguns deles de antes do liberalismo<sup>2/3</sup> – e em que a gestão e administração dos estabelecimentos permaneceram por longo tempo desfasadas dos regulamentos, o que encontramos não são estruturas de confinamento uniformes com programas comuns de atuação como consignavam os modelos penitenciários, mas organismos mergulhados numa realidade, por vezes, bem próxima da «desordem» do Antigo Regime.

Ali não houve lugar para mecanismos disciplinares e repressivos uniformes porque não existiu, de facto, (como se intentou nas penitenciárias) uma distribuição do espaço e do tempo que não era apropriável pelos indivíduos confinados, nem qualquer preocupação com a «ortopedia» das mentes ou a *redressage* dos corpos, ou gestos controlados na convivência dos reclusos. Nestas prisões foi o desempenho dos «atores» (carcereiros/diretores, guardas, presos) e não o peso de estruturas disciplinares, que ganhou relevância no desenrolar dos quotidianos e na forma da aplicação das penas. Nos velhos edifícios arruinados, insalubres, sobrelotados, promíscuos, a pena de prisão continuou a ser discricionária e facilitadora de todo o tipo de iniquidades, a coberto de rotinas ancestrais, mantidas para resguardar os [pequenos] poderes e interesses instalados dentro e fora dos muros da prisão. Nada, nestes locais, permitia um efeito regenerador sobre o condenado porque não era possível administrar penas com trabalho, introduzir, de forma continuada, o ensino de ofícios e educar através da escola. Esta é bem a certificação de que a história da prisão contém em si a história dos direitos dos encarcerados.

---

<sup>2</sup> Confira-se o Relatório de 1939 de Beza dos Santos sobre os estabelecimentos prisionais.

<sup>3</sup> A Cadeia da Relação, cujo edifício não podia contemplar quaisquer obras que alterassem as suas estruturas, permaneceu mesmo assim no ativo até abril de 1974.

## 2. CONTEXTOS

Apercebemo-nos sem dificuldade que a retórica republicana, no que às instituições penais dizia respeito, assumiu, confortável, todo o arsenal científico acumulado em anos de estudos no âmbito da antropologia criminal e criminologia, do direito, da sociologia criminal, da pedagogia, da medicina legal, da higiene pública, da psiquiatria. As elites portuguesas da cultura e da ciência vinham acompanhando com o maior interesse o que se fazia lá fora através da literatura académica, das revistas especializadas, da participação em congressos, de visitas de estudo. O crime e o criminoso, a delinquência juvenil, a condição dos menores abandonados ou em perigo moral, a sua admissão nas prisões de adultos, a responsabilidade civil e criminal dos loucos e a sua detenção nas cadeias, os malefícios do nosso regime penitenciário, a situação das nossas cadeias, a introdução do ensino e do trabalho nas prisões suscitaram, entre muitos outros temas, um enorme interesse, conduzindo à produção de trabalhos da responsabilidade do escol da cultura e da ciência do tempo. Júlio de Matos, Bernardo Lucas, Basílio Freire, Ferreira Deusdado, Miguel Bombarda, Roberto Frias, Pe. António de Oliveira, Xavier da Silva, A. A. Castelo Branco, António Maria de Senna, António Ferreira Augusto, Ferraz de Macedo, Mendes Correia, entre outros, deixaram, de entre os seus saberes e especificidades um repositório notabilíssimo de reflexões sobre ciência e justiça, que continha também um diagnóstico multidisciplinar dos males do nosso sistema de penas e da condição das nossas instituições penais.

Em boa verdade, as denúncias dos recém-chegados republicanos ao sistema prisional herdado da Monarquia, sendo assertivas, não foram muito mais além do que as que tinham sido reportadas anualmente nos relatórios que chegavam à Procuradoria-Geral da Coroa. Nelas se descreviam as condições de ruína, de insalubridade, de excesso de lotação, de falta de segurança da maior parte dos estabelecimentos prisionais existentes no país, da falta de trabalho e de instrução para os presos que viviam frequentemente na maior miséria. Por outro lado, se eram igualmente duras as críticas ao regime das penitenciárias, a verdade é que a sua introdução em Portugal se moldara pelos mais rigorosos critérios da ciência criminal do tempo, sendo que, quando a experiência veio demonstrar a necessidade de alterar esse regime de «terapêutica correccional», poucas terão sido as vozes discordantes independentemente das suas sensibilidades políticas.

Nesta conjuntura, logo após o 5 de outubro, a República, ainda em estado de graça, permitiu-se discutir publicamente os temas penal e prisional. Pediram-se contribuições de «especialistas». Fizeram-se conferências «populares» onde se divulgavam os avanços da ciência criminológica. Assumiram-se deficiências e divulgaram-se os aspetos mais perversos do sistema existente. Publicitaram-se na imprensa os quotidianos das cadeias e elencaram-se medidas e reformas a introduzir no sistema penal. Aliás, foi por aqui que se começou, isto é, primeiro uma reforma das penas, quer do direito comum quer militar e só depois se procedeu à aplicação de medidas de reforma prisional.

A centralidade política da questão prisional foi desde cedo visível no domínio dos atos simbólicos de que a República foi tão profícua. A Penitenciária de Lisboa, sobre a qual recaíam tantos estigmas, seria palco de uma visita oficial do Presidente Manuel de

Arriaga, em maio de 1912, que foi acompanhada de um largo indulto aos presos idosos, aos gravemente doentes e loucos, bem como ao único preso político então ali existente. Um outro momento que se pretendeu de grande significado foi vivido no dia 6 de fevereiro de 1913, também na mesma prisão, desta vez com a presença do Chefe do Governo Afonso Costa e de diversos outros membros do executivo, tendo Rodrigo Rodrigues, Ministro do Interior e também diretor do estabelecimento, comunicado aos 556 presos congregados no anfiteatro que, de acordo com as decisões do Parlamento, ficava para sempre abolido o uso do capuz, pelo que o mandava retirar, anunciando igualmente a introdução para breve do trabalho em comum.

Mas a questão essencial era a de estabelecer um programa que, estando em conformidade com os avanços da ciência criminológica e as necessidades do país, formulasse princípios seguros de orientação para a conceção e execução das reformas que se pretendia realizar. Esse primeiro passo foi dado com a nomeação de uma Comissão de Reforma Penal e Prisional em dezembro de 1912<sup>4</sup>. Em consequência, em 28 de dezembro desse ano, a Comissão apresentou ao governo um relatório sobre o qual se baseou a Lei de 29 de janeiro de 1913 que iria prever a reforma prisional.

Contudo, o cenário desenhado nesses anos de arranque era profundamente desolador. De um lado, as condições de habitabilidade da maior parte dos velhos estabelecimentos prisionais exigiam intervenções urgentes sem as quais não era possível garantir nem a segurança física dos detidos, nem a aplicação dos regulamentos. Nessa medida, procurou-se responder de forma casuística, quer através da autorização do reforço das verbas atribuídas (Lei de 28 de dezembro de 1912 e Decreto de 1 fevereiro de 1913), quer apostando na mudança de alguns diretores dos estabelecimentos que contudo iriam atuar sem qualquer programa prévio ou orientação definida e sem qualquer perspetiva de conjunto<sup>5</sup>. As reclamações dos cidadãos, as queixas dos presos, as notícias dos jornais seriam por certo um barómetro com algum significado.

Por outro lado, havia a necessidade de pôr em prática as medidas já incluídas nos diplomas entretanto aprovados, nomeadamente, a da criação de novos estabelecimentos para o cumprimento de medidas de segurança decorrentes da Lei de 20 de julho de 1912, como as Colónias Penais Agrícolas e as Casas Correccionais de Trabalho<sup>6</sup>. Desses novos estabelecimentos programados, uns não chegaram a sair do projeto, como aconteceu com a Colónia Penal de Viseu, outros foram organizados tardiamente, como a Colónia Penal Agrícola de Sintra, aberta apenas em 1915, ou ainda como a prisão de Monsanto, criada por lei de 30 de junho de 1914 para servir como Casa de Trabalho, mas que não passou de uma «prisão-depósito», temida pelas péssimas condições de habitabilidade e para onde eram transferidos por castigo, quer os colonos de Sintra, quer os presos insubordi-

<sup>4</sup> A Comissão era formada por Júlio de Matos, Afonso Costa, Caeiro da Mata, António Macieira, P. António de Oliveira, Mário Calisto e Rodrigo Rodrigues. Incumbia-lhes preparar as bases da futura reforma, não só dos serviços da Penitenciária, mas de toda a organização prisional.

<sup>5</sup> Contudo, como apontou Rodrigo Rodrigues, as mudanças na direção da Penitenciária de Lisboa logo em 1910 refletiram uma importantíssima mudança de perspetiva.

<sup>6</sup> Destinavam-se aos criminosos habituais e aos vadios postos à disposição do Governo.

gados do Limoeiro, nomeadamente os detidos por «questões sociais». Da mesma forma, o Decreto 5610, de 10 maio de 1919, que previa a construção de vários estabelecimentos prisionais com uso de mão-de-obra reclusa, não chegou a ser aplicado. Aliás, uma revisão aos relatórios da Administração e Inspeção Geral das Prisões, criada neste ano, demonstra como a instabilidade política minou as reformas e os projetos agendados, fazendo com que a continuidade das ações não estivesse nunca assegurada. Charula Pesanha<sup>7</sup> apontava no primeiro Relatório da sua gerência, datado de maio de 1922, o insucesso a que fora votada a sua proposta para a construção de uma cadeia no Porto – considerada há muito imprescindível – com a queda do Governo a que pertencia o Ministro da Justiça Ramos Preto, que dera o seu aval para ser levada ao Parlamento. E ele concluía desalentado: «as circunstâncias que se lhe seguiram da dissolução parlamentar e de uma quase permanente instabilidade ministerial, ainda me não deram ânimo para voltar a refazer a tentativa». Num Relatório posterior, de 1927, dava conta também de que o seu projeto para a criação de uma Escola de Guardas Prisionais, fundamental para uma mudança do sistema, se gorara com a queda do ministério. Do mesmo teor eram as afirmações um tanto amargas de Rodrigo Rodrigues quando se referia a haver importantes Relatórios sobre questões prisionais desaparecidos nos Ministérios, entre a documentação dos governantes que iam saindo.

Pouco antes de Tito Lívio Cameira iniciar funções, e já no crepúsculo do tempo republicano, foi publicado *Crime e Prisões*, um livro de grande importância para os estudos da História do Crime, da Justiça e da Prisão em Portugal da autoria de Rodolfo Xavier da Silva<sup>8</sup>. Este estudo, saído a público no ocaso de um ciclo político, era, para lá de um interessante trabalho sobre o crime, os agentes do crime e a arte de furtar, um balanço – desolador e muito crítico – da condição das nossas prisões, e um percurso completo através de diversos estabelecimentos prisionais que o autor elencava. O roteiro seguindo uma abordagem direta, fruto do conhecimento e experiência de Xavier da Silva sobre aquilo de que falava, recorria também a diversos testemunhos muito significativos de reclusos, que se reportavam aos anos de 1913 a 1923. É um texto verdadeiramente demolidor que arrasa o sistema tanto em termos estruturais como organizacionais. Nele insere uma observação que resume todo um estado de alma:

*A nossa maneira de julgar e punir, decrépita ao peso dos anos, deixou-se distanciar consideravelmente do progresso [...] é deste criminoso atrazo [...] fatal e desumano que resulta a vergonha exibida pela quasi totalidade das nossas cadeias. O Limoeiro, Monsanto, o Aljube, a da Relação, para nos referirmos apenas às que sobrepõem entre as correccionais...*<sup>9</sup>

<sup>7</sup> Foi Administrador e Inspetor Geral das Prisões de 1921 a 1929.

<sup>8</sup> Xavier da Silva era médico e durante a sua vida foi assistente do Instituto de Medicina Legal de Lisboa, trabalhou no Posto Antropológico da Penitenciária de Lisboa, foi diretor da 1.ª secção do Instituto de Criminologia e responsável pelo seu Boletim. Republicano da 1.ª hora, foi governador civil de Lisboa, deputado, e várias vezes ministro. Publicou um grande número de trabalhos sobre o crime, os criminosos e as prisões.

<sup>9</sup> SILVA, 1926: 117.

Nada nas palavras deste livro nos parece excessivo. O cruzamento de fontes a que procedemos, entre a correspondência interna dos diretores de cadeia com a tutela e os numerosos textos publicados na imprensa, ao longo de todo o tempo que durou a República, permite-nos concluir sobre a legitimidade do discurso de Xavier da Silva. Ele terá sido, na época, o observador íntegro, mas desiludido, de uma realidade de que conhecia todos os meandros.

### 3. TITO LÍVIO CAMEIRA NA CADEIA DA RELAÇÃO DO PORTO

#### 3.1. O HOMEM

Ainda pouco se conhece do percurso de vida do capitão Cameira<sup>10</sup> à margem da sua passagem pela Cadeia da Relação como diretor, onde exerceu de 25 de julho de 1925 a 5 de julho de 1933. Sabe-se que pertencia a uma família de origem beirã que veio residir para o Porto e que o seu pai, médico militar, aqui tinha feito o liceu e cursado medicina exercendo depois clínica na cidade durante alguns anos. Tito Lívio foi o terceiro de sete filhos, nascendo em Belmonte em 1882. Em 1902, com vinte anos, alistou-se no exército, ingressando na 3.ª Companhia de Saúde. Obteve na Escola de Farmácia do Porto o diploma de farmacêutico, que lhe foi concedido ao abrigo do Decreto de 29 de dezembro de 1836, sendo nomeado alferes farmacêutico miliciano em 31 de outubro de 1916. Em 1920, já como capitão, concorreu a um lugar para farmacêutico do quadro permanente, de que acabou por desistir em protesto pela forma como decorreria o processo. Passou depois à reserva, sendo-lhe dada baixa de serviço em 1947 ao atingir o limite de idade. Durante mais de trinta anos, a começar em 1906, o seu nome esteve ligado a diversas farmácias da cidade do Porto de que foi responsável técnico e nalguns casos também proprietário. Sabe-se das suas ligações ao republicanismo, tendo exercido nesse contexto os cargos de Presidente da Junta do Bonfim e de Administrador do Concelho de Gondomar, cultivando relações próximas com os meios militares.

#### 3.2. O HOMEM NA INSTITUIÇÃO

Cameira, ao tomar posse como diretor da Cadeia da Relação em 1925, sucedia a José de Sousa Rangel, afastado por doença e que exercera o cargo durante 24 anos, desde 1901. O mais provável é que na escolha do novo diretor tenha pesado a confiança política de que disfrutava, a sua experiência no desempenho de funções oficiais e as simpatias que granjeava no interior das elites republicanas do Porto onde se movia, e que são muito visíveis na imprensa local na altura da sua tomada de posse<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> Os escassos dados obtidos baseiam-se nas informações dos Processos individuais militares de Tito Lívio e de seu pai José da Costa Cameira existentes no AHM e nos dados fornecidos pelos Almanques/Anuários do Porto entre os anos de 1906 e 1938.

<sup>11</sup> Os jornais falaram com apreço do «novo director», das manifestações de solidariedade dos seus correligionários políticos e dos habitantes da freguesia do Bonfim de que era Presidente de Junta. Cf. *O Primeiro de Janeiro* de 26 de julho de 1925.

Uma vez ao serviço, assumiu desde logo a intenção de modificar muito do que encontrou. Aliás, na Cadeia da Relação havia muito que criticar e, para um novo responsável, não devia faltar vontade de fazer melhor. É preciso, contudo, recordar que a tutela não ignorava a situação. Rangel durante 24 anos enviara pontualmente os seus Relatórios, cumprindo o determinado no artigo 35.º do Regulamento das Cadeias de 1901, e não sonegara as realidades. E, se até à República foram muito escassas as boas notícias que mandou e que recebeu, depois de 1910 o panorama não se alterou, apesar de os Membros da Comissão da Reforma Penal, do Conselho Penal e Prisional e da Administração e Inspeção Geral das Prisões serem personalidades de elite sob o ponto de vista científico, profissional e deontológico. Quase poderia dizer-se que seria impossível melhor escolha. Porém, Rangel, como outros responsáveis, referia-se invariavelmente aos mesmos problemas que tinham assolado a Cadeia da Relação desde os alvares do liberalismo: ruína do edifício, insalubridade, excesso de lotação, falta de roupas e de comida para os presos pobres, falta de trabalho... E, em vinte e quatro anos, nada mudara substancialmente. Cameira «herdava», assim, uma pesada e difícil tarefa. Tinha, a partir de então, cerca de trezentos homens e mulheres à sua responsabilidade, quase todos gente pobre, que o furto, as injúrias, a vadiagem, as agressões, o roubo arrastara para ali. A República passava-lhe a obrigação de melhorar as condições de vida daqueles cidadãos, para que as penas pudessem ter algum sentido regenerador.

Logo à chegada Cameira lançou-se ao trabalho e, ano e meio depois, no Relatório anual que enviou, respeitante a 1926<sup>12</sup>, justificava as opções tomadas na sua gestão, num contexto ideológico, que resumia nos seguintes termos:

*A República, forma de governo perfeita, satélite onde gira toda a nossa liberdade colectiva, impôs-nos o dever de respeitar o seu dilema de Ordem e Trabalho e perante as responsabilidades adquiridas todos temos feito para que esta virtude se implantasse nesta prisão do Estado para, assim, dar às nossas consciências de cidadãos a força necessária para novos horizontes de fé e de esperança<sup>13</sup>.*

Nesta linha de pensamento, Cameira colocou a escola da Cadeia como a sua prioridade fazendo dela a «alavanca principal» da sua orientação de «educador», reafirmando: «nela deposito todas as minhas esperanças porque é aqui, entre o livro e o mestre, que o carácter do delinquente transforma os seus maus costumes, dignificando a sua individualidade». Daqui partiu para a obrigação da sua frequência por todos os presos com menos de quarenta anos, submetendo-os a exame final, com direito a diploma e prémios por mérito. Da escola para a biblioteca foi um passo. Solicitando livros a amigos ou livreiros conhecidos, mas também à Câmara Municipal, que detinha o espólio das Bibliotecas Populares encerradas, constituiu uma pequena biblioteca para os presos, que foi inaugurada com solenidade num dia apropriado da história da cidade: 31 de janeiro<sup>14</sup>. Uma vez

<sup>12</sup> Arquivo Sul da DGRSP – Relatório enviado em janeiro de 1927.

<sup>13</sup> Ibidem.

<sup>14</sup> Neste ano de 1926 e a seu pedido, vários jornais diários passaram a fazer chegar os seus números gratuitamente à Cadeia.



Figura 1 – Escola Geraldes dos Santos.

que, com a proclamação da República, tinha cessado a ação benemérita dos membros do Patronato das Prisões junto dos presos da Relação, Cameira lançou mão à organização de uma *Caixa de Assistência* dirigida aos presos indigentes com esmolas entregues por benfeitores, mas engrossadas, na circunstância, também com dinheiro de donativos que ele próprio angariara junto de entidades públicas, tais como o Governo Civil e a Câmara Municipal, e instituições privadas como grupos beneficentes ou Grémios da cidade. Justificou a sua atitude pela necessidade patriótica de ajudar aqueles que um dia, tendo prevaticado, se viam mergulhados na maior miséria, submetidos, contudo, à tutela do Estado.



Figura 2 – Gota de leite.



Com o mesmo objetivo criou logo, a 5 de outubro de 1925, outra obra de assistência – *A Gota de Leite* – para acudir às crianças filhas das presas, que permaneciam junto das mães, distribuindo-lhes leite e pão mas também agasalhos, medida depois alargada aos presos mais necessitados. Nesse Relatório da gerência de 1926 Cameira referia já o êxito da iniciativa.

Uma revisão à literatura especializada da época recorda-nos como o trabalho nas prisões era um tema de interesse interdisciplinar. Cameira estava atento e acreditava profundamente no papel «educativo», «reformador» e «disciplinador» do trabalho. De fora vinham notícias do alegado sucesso da sua introdução, com intenção regeneradora, em diversos estabelecimentos. Os exemplos da Bélgica estavam na ordem do dia<sup>15/16</sup>. Desta forma, começou por criar algumas oficinas nos escassos espaços disponíveis: de carpintaria, alfaiataria, encadernação, mantendo a laboração de uma oficina de calçado e de trabalhos de cestaria. Para as mulheres instalou um pequeno *atelier* de trabalhos em lãs, costura e rendas. Aos operários-reclusos, justificava, eram distribuídos uns modestos salários «como recompensa do seu labor».

Poucos meses depois do início das suas funções já o vemos a publicitar os resultados obtidos, abrindo uma exposição ao público com trabalhos feitos pelos presos. A repercussão conseguida, mesmo na imprensa, levou-o a avançar com outro projeto – a abertura de um Bazar que permitisse ter à venda, em permanência, os trabalhos realizados<sup>17</sup>. Nada parecia detê-lo. Conhecedor do sucesso que as oficinas de tipografia tinham em muitos estabelecimentos prisionais, Cameira decidiu, ainda em dezembro de 1929, com a anuência da Administração e Inspeção Geral, iniciar os contratos para montar uma tipografia<sup>18</sup>. Foi de todas as suas iniciativas a que melhores resultados obteve e a que teve maior durabilidade no tempo.

### 3.3. OS MELHORES ANOS

Nos oito anos de exercício como diretor, os anos de 1930 e 1931 foram os que deram maior repercussão ao trabalho que Cameira ia realizando na Cadeia da Relação. Os tempos já não eram os mesmos. Já não podia dispor do apoio tão alargado dos seus correligionários políticos, alguns dos quais já tinham sido afastados de cargos públicos que haviam exercido. Contudo, não desistiu das ações programadas e, em 9 de abril de 1930, comemorando solenemente, como sempre o fazia, a Batalha de La Lys, pôde inaugurar

<sup>15</sup> Recorde-se que Émile Vandervelde, grande conhecedor do sistema penitenciário tradicional, investiu durante o seu tempo no Ministério da Justiça (1919-1921) em instituições que, entre outras virtualidades, forneciam aos reclusos formação profissional e trabalho.

<sup>16</sup> Cameira terá tido apoio tácito para as suas ações «reformadoras» do Administrador e Inspetor Geral, Charula Pessanha, homem profundamente interessado e conhecedor das questões penais e penitenciárias. Em Julho de 1926 deslocou-se à Bélgica para participar no Congresso Penal de Bruxelas.

<sup>17</sup> Face à impossibilidade de utilizar o espaço prisional para o efeito, solicitou à Guarda Nacional Republicana, e obteve, a cedência de uma pequena dependência do seu quartel no edifício.

<sup>18</sup> Arquivo Norte da DGRSP – *Livro de Correspondência para Diversas Autoridades*. Ofício de 7 de dezembro.



Figura 3 – Tipografia – Escola.

perante numerosos convidados a tipografia, a nova biblioteca<sup>19</sup>, agora instalada no quarto de Camilo, e as instalações remodeladas da escola e do Laboratório de Antropologia Criminal. A imprensa que cobrira o acontecimento dava notícia nos dias seguintes dos discursos proferidos e dos convidados presentes que incluíam Hernâni Cidade como representante da Liga dos Combatentes, membros da direção do Centro Republicano Académico, da direção do Grémio Livre dos Funcionários Republicanos do Porto, do Grupo 9 de abril dos Combatentes da Grande Guerra, da Associação Académica do Porto, dos Bombeiros Voluntários do Porto, Presidentes de Junta, o Inspetor Escolar, os corpos gerentes do Bonfim Beneficente, e muitas outras individualidades<sup>20</sup>, numa festividade ainda com uma forte componente republicana.

Mas o ano seria marcado por mais um acontecimento que acrescentou créditos para Cameira e para o trabalho que vinha concretizando na Cadeia. Após terminarem os ecos das festividades do 9 de abril, saiu a público um número único de um pequeno jornal com o título *A Malta*<sup>21</sup> da responsabilidade dos «reclusos dos quartos particulares da Cadeia Civil do Porto», datado de 3 de maio de 1930.

<sup>19</sup> Uma consulta ao *Registo das Obras Lidas na Biblioteca 1931-1936* permitiu-nos concluir que os títulos das obras postas à disposição dos reclusos não se esgotavam em literatura «moralizadora», muito pelo contrário. Deparamo-nos com autores portugueses e estrangeiros como Camilo, Eça, Rocha Martins, sendo que João Grave é o autor português presente com mais títulos e Emílio Salgari o mais representado entre os estrangeiros. Independentemente da notoriedade ou nacionalidade dos autores, abundam os livros de «aventuras» e as «histórias de crime e mistério».

<sup>20</sup> O *Primeiro de Janeiro* de 9 de abril.

<sup>21</sup> Seguramente que o título se referia à designação muito antiga dos quartos particulares da cadeia da Relação onde, em tempos muito antigos, a Ordem de Malta detinha um quarto para alojar os irmãos.



Figura 4 – Biblioteca – Camilo.



Figura 5 – Capitão Tito-Lívio Cameira.

O jornalzinho, impresso na tipografia da Cadeia, era semelhante a outros da responsabilidade de reclusos e cobria as rubricas habituais destas publicações – a cultural, a informativa, a recreativa. Mas este número único tinha um objetivo muito específico: uma homenagem ao diretor. Nesse sentido, Cameira aparecia na capa fardado de capitão, sendo que o texto das páginas interiores dava ênfase a tudo quanto os presos lhe deviam pelos melhoramentos com que tornara bem melhor as suas vidas. Não é possível avaliar o «peso da mão» do diretor nesta iniciativa. Que não a podia ignorar é mais que certo. Que lhe deu todo o apoio é muito plausível. Aliás, a ideia subjacente de divulgação do jornalinho é visível, quer pela publicidade comprada por diversas casas comerciais, quer pela feita aos trabalhos realizados nas oficinas onde se garantia «esmerado acabamento e preços módicos». Como se constata, a par desta divulgação do trabalho dos presos, seguiam para o exterior, muito convenientemente, os elogios ao diretor do Estabelecimento.

Todas estas realizações, e porventura a necessidade que Cameira sentiu de levar a cabo uma «manobra de antecipação» – num contexto político pouco favorável para si e para os seus projetos –, decidiram-no a dar também repercussão pública ao Relatório anual respeitante a 1930, que devia endereçar ao Ministro e a que o Regulamento o obrigava. Optou então pela publicação desse relatório numa brochura de 87 páginas com esmerado arranjo gráfico realizada na própria tipografia da Cadeia<sup>22</sup>. A publicação continha, para lá de uma nota de abertura e de uma dedicatória ao Ministro da Justiça, as várias peças do Relatório com especificações sobre o trabalho nas oficinas, as atividades

<sup>22</sup> Na ausência de outros exemplos em Portugal, imitava, porventura, o que Rodrigo Rodrigues fizera, com outra dimensão e profundidade, sobre a Penitenciária de Lisboa no livro *Cadeia Nacional de Lisboa Penitenciária Central*, em 1917.

da escola e da biblioteca, a orgânica das enfermarias, o pessoal e os técnicos de que a Cadeia dispunha, encerrando com uma secção sobre estatística e quadros comparativos da ação desenvolvida. A 2.ª parte da brochura era preenchida pelo texto de uma comunicação que Cameira apresentara no ano anterior ao IX Congresso Beirão, *As Prisões em Portugal*, e por três artigos, anteriormente saídos no jornal *O Século*, sobre o mesmo tema. Não se tratava, de facto, de textos de fundo mas de um conjunto de considerações sobre questões penais e penitenciárias, escritas por alguém que conhecia de dentro, e de há alguns anos, o sistema, e que davam algum sustentáculo teórico ao trabalho que realizara.

Nessas contribuições reafirmava o seu apelo para o fim do sistema progressivo, que considerava desumano, defendendo, por outro lado, a criação de colónias agrícolas nomeadamente no Minho, nas Beiras e Trás-os-Montes, meio essencial para a regeneração através do trabalho, que, como sempre afirmara, devia tornar-se a pedra basilar do sistema e ao qual nenhum preso poderia eximir-se<sup>23</sup>. Naturalmente que as críticas que apontava ao nosso sistema prisional, se tinham como epicentro a Cadeia da Relação do Porto, visavam igualmente muitas outras cadeias comarcãs que visitara e a que podia comparar as Penitenciárias de Lisboa e Coimbra e a Colónia Agrícola de Sintra, que percorreria demoradamente. Aliás, o trabalho de Tude de Sousa nesta última levava-o a considerar da maior oportunidade a criação no Porto, a par de uma cadeia para quinhentos encarcerados, uma colónia penal agrícola destinada aos presos de origem rural. Este iria ser também um dos objetivos da sua agenda.

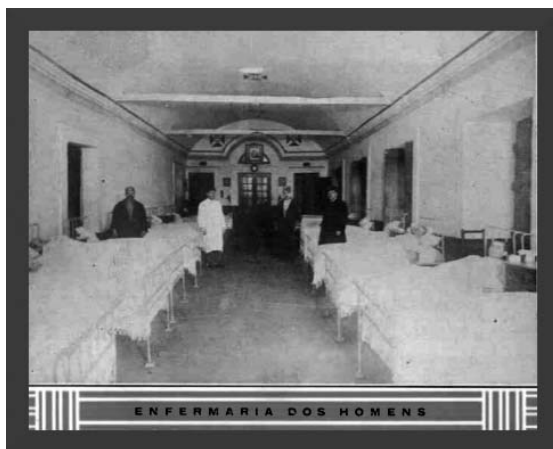


Figura 6 – Enfermaria dos homens.

Contudo, a parte mais importante de toda a publicação era o conjunto de 22 fotografias de que fez acompanhar os textos. São fotos que constituem uma verdadeira reportagem dos interiores da Cadeia, procurando mostrar um lugar «transformado» pelas suas iniciativas. Se bem que nada naqueles ambientes os aproxime dos espaços modernos e

<sup>23</sup> O trabalho só seria facultativo para os presos correcionais com penas até três meses.

asséticos das penitenciárias, representados na publicação de Rodrigo Rodrigues, há uma preocupação em transmitir, na humildade dos lugares, asseio, organização e respeito pelos encarcerados. Alguns espaços estão vazios – a biblioteca, a escola, o gabinete do diretor, o Laboratório – como que aguardando, na melhor ordem, a chegada dos seus utentes. Na enfermaria dos homens de paredes caiadas, camas alinhadas com colchas brancas, os doentes, um guarda, dois varredores e um enfermeiro todos fixando a objetiva.

As oficinas mostram, ao contrário, «operários» entregues às suas tarefas. Na sala das mulheres, de paredes decoradas, há camas de ferro alinhadas, um berço, mesas com napeiros, jarras floridas, sanefas nas janelas, numa imagem quase doméstica. Não há, aliás, fotos institucionais.

Se se olhassem fora do contexto do Relatório e sem legendas, teríamos dificuldade em perceber que se tratava de uma prisão. Na verdade, a reportagem procura demonstrar que uma prisão (aquela prisão) não tinha de ser apenas um lugar de punição, mas podia ser também um lugar de regeneração pelo trabalho<sup>24</sup>.

Quando em 8 de setembro de 1931 Cameira viu chegar inesperadamente José de Almeida Eusébio<sup>25</sup> à Cadeia da Relação para uma visita, ele tinha diante de si o 10.º Ministro da Justiça em exercício desde que ele próprio assumira, seis anos antes, o cargo de Diretor do estabelecimento. Eusébio entrara no governo na remodelação de janeiro de 1931 e ficaria por pouco tempo (apenas até julho do



Figura 7 – Oficina de sapataria.



Figura 8 – Outro aspecto – Oficina das mulheres.



Figura 9 – Sala das mulheres.

<sup>24</sup> Não cabe no âmbito deste artigo a análise do contexto em que é feita a reportagem fotográfica. É no entanto curioso que cinco meses após a publicação do Relatório, a Administração e Inspeção Geral tenha solicitado aos diretores dos diversos estabelecimentos que lhe fossem remetidas «fotografias dos aspectos mais flagrantemente e mais interessantes dessa Cadeia». Arquivo Sul da DGRSP – *Registo de Correspondência Recebida*. Ofício de 12 de setembro.

<sup>25</sup> Entrara no Governo na remodelação de 26 de janeiro daquele ano e sairia dezassete meses depois, assumindo logo de seguida, em setembro, curiosamente, o lugar de diretor da Penitenciária de Lisboa.

ano seguinte) e a cadeia do Porto era apenas mais uma das que visitou no seu périplo pelo país. As palavras duras com que se referiu ao sistema prisional português, no texto que escreveu no *Livro de Honra*, apelidando-o, sem reboços, de «vergonha nacional», não traduziria mais do que era costume nos responsáveis pela pasta em períodos iniciais dos seus mandatos que eram época de avaliação de situações e de promessas de mudança.



Figura 10 – Director.



Figura 11 – Apalpadeira.



Figura 12 – Rancho.

Mas terá sido genuíno o interesse do Ministro pelas questões prisionais, dado o seu percurso posterior. Cameira não se esqueceu disso na hora de escrever os textos do Relatório respeitante a 1931, que decidiu também publicar, optando pelo mesmo modelo adotado no ano anterior. É uma brochura com o mesmo grafismo cuidado, também impressa a cores, também com uma mesma organização de conteúdos. O prefácio é desta vez dedicado a um recluso cheio de talento que passara pela Cadeia, falecido precocemente, e que era o autor das doze caricaturas com que saiu ilustrado o texto. Esta não é uma minudência porque, na sua escolha, Cameira dava um enorme protagonismo a um preso, um dos

«outros», não enfeitando também uma relação amistosa e respeitadora que o ligara pessoalmente a A. Santos. Este, através do seu traço de exagero bem-humorado, levava o leitor a percorrer, de novo um ano depois, o interior da Cadeia e a cruzar-se com aspetos do seu quotidiano nas personagens da «casa» – o diretor, um guarda, o enfermeiro, a apalpadeira, os barbeiros, o caixeiro da cantina, o vendedor de jornais –, e nas atividades do dia a dia – «transportando o rancho», «batendo os ferros»... – suavizando nessa faceta jocosa os cenários da prisão.

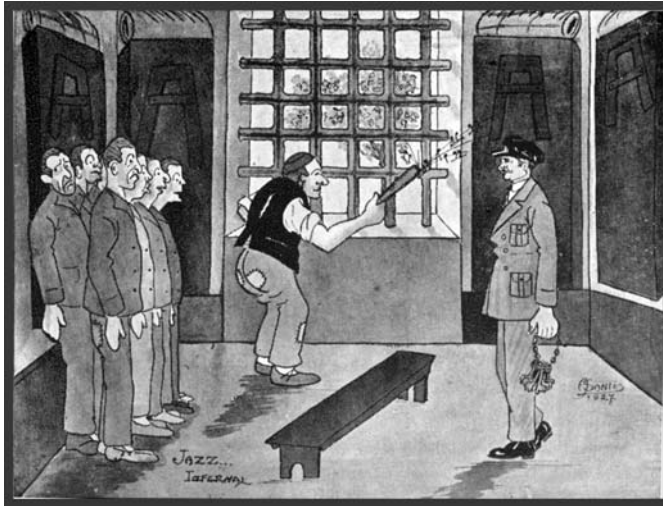


Figura 13 – Jazz infernal.

Nesta brochura Cameira passou em revista as questões que considerava mais significativas nesse balanço anual. Mais uma vez deu à escola da cadeia e à biblioteca Camilo a prioridade na abordagem, com referências muito elogiosas ao trabalho desenvolvido pelo professor e pelos monitores, que permitia os bons resultados estatísticos, quer na frequência da escola, quer na aprendizagem. Considerava igualmente muito encorajadores os números respeitantes à requisição de livros<sup>26</sup>, tal como o trabalho realizado na Tipografia-Escola. Depois, deixou palavras elogiosas para os responsáveis do Laboratório de Antropologia Criminal, das enfermarias, estas tradicionalmente entregues à Santa Casa, para os médicos, para empresários e para instituições que com a sua colaboração permitiam que fossem ultrapassadas muitas dificuldades. Mas, aspeto importante, no meio das palavras de circunstância não deixou, mais uma vez, de se referir a uma matéria sensível que vinha de longe, mas que era importante relembrar publicamente: a presença de loucos encarcerados juntamente com os outros presos numa promiscuidade desumana e degradante para todos. Cameira conhecia o poder da publicidade das coisas.

<sup>26</sup> A consulta à lista de livros requisitados permite constatar que dela constam os nomes de diversos guardas, sendo que um pequeno número de presos os requisitava semanalmente.

## 4. UMA AUTORIDADE QUE IA SENDO POSTA EM CAUSA, UMA FUGA E O FIM DE UMA CARREIRA

Cameira terá visto minada, com a chegada do novo regime, a autoridade de que sempre dispusera como diretor, deixando, a esse propósito, referências veladas a alguma contestação, a partir de 1930, no interior do estabelecimento. Em maio de 1933 deu-se mesmo uma rutura de solidariedade com alguns guardas que enviaram uma representação ao Administrador Geral, queixando-se de decisões do diretor que os prejudicavam. Cameira ofendeu-se e retaliou, e os guardas perderam as suas situações de «privilégio» na distribuição de serviço que lhes estava consignada. O ambiente ter-se-á deteriorado, mas o seu percurso dentro dos serviços prisionais estava também prestes a terminar.

A contestação ao regime vinha engrossando o número de presos políticos que iam chegando às cadeias. A da Relação do Porto tinha problemas acrescidos na manutenção da ordem e da segurança, nem sempre bem conseguidas com a «desestabilização» causada por estes detidos, bem diferentes dos presos de delito comum, reivindicativos dos seus direitos, que utilizavam muitas vezes o confinamento em espaços comuns para organizar estratégias de ação várias, planeamentos de fuga, etc. A documentação até agora analisada não permitiu perceber de que forma o capitão Cameira geria estas situações, dadas as inevitáveis sintonias ideológicas que teria com alguns detidos, nomeadamente com os militares.

Entre os reclusos, politicamente reconhecidos, que passaram naqueles anos pela Cadeia da Relação contavam-se Nuno Cerqueira Machado, oficial do exército e licenciado em direito, e Francisco de Oliveira Pio, capitão de artilharia<sup>27</sup>, que, juntamente com Joaquim Barreto Monteiro, despachante de alfândega, vieram a tornar-se os protagonistas de uma fuga espetacular, na sua aparente simplicidade, que teve lugar em 3 de julho de 1933, na presença de Cameira<sup>28</sup>. Dada a importância política dos envolvidos e o desaire que significava para o regime a sua fuga, de nada valeram as explicações dadas pelo capitão, que foi de imediato afastado da direção da Cadeia<sup>29</sup>. Terminava sem glória e com alguma ironia a carreira deste homem que saía «traído», ainda que em circunstâncias muito particulares, pelos reclusos que sempre alegara proteger e defender.

## CONCLUSÕES

Os homens da República sentiram-se sintonizados com o discurso reformador dirigido para o sistema penal e penitenciário e vocacionados para fazer a diferença. Contudo,

<sup>27</sup> Os dois primeiros pertenceram ao designado Grupo de Madrid. Francisco Oliveira Pio tinha participado no movimento do 3 de fevereiro de 1927.

<sup>28</sup> A fuga, por certo bem planeada, e com várias cumplicidades exteriores, ocorreu quando se apresentaram na Cadeia três homens com um ofício do Tribunal Militar Especial, devidamente autenticado, requerendo a saída dos ditos presos para serem ouvidos num auto de averiguações pendente na Pólcia de Defesa Política e Social. No dia seguinte iria verificar-se que o documento era falso.

<sup>29</sup> O chefe dos guardas foi também afastado compulsivamente e veio a ser condenado pelo Tribunal Militar Especial em 6 meses de prisão correccional. Arquivo Norte da DGRSP. *Registo de Correspondência para a DAISP* – Ofício de 30 junho 1934.



apesar da criação de um suporte legislativo e da equação de importantes reformas, não houve lugar para a sua concretização efetiva. Cameira ao chegar encontrou o sistema prisional mergulhado «num criminoso atrazo». As cadeias continuavam como «escolas do crime» sustentadas pelo Estado. O livro de Xavier da Silva tinha vindo recordar publicamente essa realidade. Nessa medida, Cameira defrontaria a tarefa mais árdua da sua vida quando transpôs pela primeira vez, na sua qualidade de diretor, os umbrais da Cadeia da Relação. Por razões ideológicas – ele afirmava sempre o seu orgulho republicano –, por ambição política ou pessoal, por uma questão de personalidade (não há como saber), ele iria assumir-se desde o 1.º dia como o homem que podia fazer a diferença, e fez questão em assumir a responsabilidade (e também os créditos) por inteiro. No Relatório de 1931 escreveu sem reboço: «Agi sempre sozinho, Excelentíssimo Senhor Ministro, quando tentava realizar um projecto de transformação, só consultando a minha consciência».

Os «outros» que Tito Lívio tinha à sua responsabilidade eram em grande medida, desde logo, muitos dos excluídos da sociedade – vadios, burlões, meretrizes, ladrões, todos com presença frequente na cadeia, mas também homicidas, loucos, jovens delinquentes, proxenetas, homossexuais assumidos. A forma como geriu a sua ação para com eles baseou-se no catecismo republicano: ordem, trabalho, educação. Mas também assumiu respeito e consideração, justificando-se a dada altura: «o nosso fim, foi o de fazer ver aos delinquentes que os não desprezamos na sua angustiosa situação e que por eles olhamos carinhosamente dando-lhes um pouco de bem-estar». Cabe perguntar se todo este discurso era genuíno, se a sua ação tão casuística voltada para os reclusos, não teria também uma preocupação pessoal de angariação de dividendos fora dos muros da prisão. Ficou apenas a certeza que a obra a que se dedicou com tanto afincou apenas o tempo da sua passagem pela Cadeia da Relação. Era um resultado muito escasso para tantos projetos e tamanho investimento. Mas aqui a culpa não lhe podia ser assacada.

Porto, 29 de Abril de 2015

## BIBLIOGRAFIA

- AGRA, Cândido da, dir. (2012) – *A Criminologia: um arquipélago interdisciplinar*. Porto: Universidade do Porto.
- BARATAY, Eric (2005) – *Pour une relecture de la correction des enfants au XIXe siècle: l'exemple de l'institution du père Rey*. DELPAL, B.; FAURE, O., dir. – *Religion et enfermements, XVIIe-XXe siècles*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, p. 33-53.
- CARLIER (1989) – *L'administration pénitentiaire et son personnel dans la France de l'entre-deux-guerres. L'impossible réforme*. Paris: Ministère de la Justice, Archives pénitentiaires.
- FASSIN, Didier (2015) – *L'asile et la prison*. «Esprit», março-abril, p. 82-95.
- SANTOS, Maria José Moutinho; COELHO, Margarida Santos (1993) – *O Palácio da Relação e Cadeia do Porto*. Porto: Edições Asa.
- SANTOS, Maria José Moutinho (1999) – *A Sombra e a Luz. As Prisões do Liberalismo*. Porto: Edições Afrontamento.

## FONTES

Arquivos (Norte e Sul) dos Serviços Prisionais.

### FUNDO DA CADEIA CIVIL DO PORTO:

*Ordens de Serviço* – 1883-1972.

*Registo de Correspondência para a Administração Geral das Prisões* – 1926-1936.

*Registo de Correspondência para Diversas Autoridades e Funcionários* – 1901-1931.

*Registo de Correspondência para a Procuradoria* – 1901-1921.

*Registo de Correspondência Recebida* – 1901-1933.

*Registo de Obras Lidas na Biblioteca* – 1931-1938.

*Regulamento geral das Prisões* de 1901.

*Relatório da Cadeia Civil do Porto* agosto 1919.

*Relatório da Cadeia Civil do Porto* janeiro 1924.

*Relatório da Cadeia Civil do Porto* janeiro 1926.

### ARQUIVO DE HISTÓRIA MILITAR:

*Processo individual de Tito Lívio da Costa Cameira.*

*Processo individual de José da Costa Cameira.*

## FONTES IMPRESSAS

*Almanaque do Porto e seu Distrito.* Porto: Livraria e Tipografia Arquivo Jurídico, 1906 a 1918.

*Anuário Comercial do Porto e seu distrito.* Porto: Tipografia Moderna, 1926.

*Cadeia Civil do Porto 1931.* Porto: Cadeia Civil do Porto, 1932.

CAMEIRA, Tito Lívio (1931) – *As Prisões em Portugal.* Porto: Cadeia Civil do Porto.

GONÇALVES, João (1923) – *A instrução e a criminalidade.* «Boletim do Instituto de Criminologia», 3. Lisboa, p. 36-52.

— (1924) – *Educação e instrução nas prisões.* «Boletim do Instituto de Criminologia», 4. Lisboa, p. 97-119.

PESSANHA, António Alberto Charula (1927) – *Relatório da minha viagem oficial à Hespanha, França, Bélgica.* «Boletim do Instituto de Criminologia», 7. Lisboa, p. 36-52.

RODRIGUES, Rodrigo (1917) – *Cadeia Nacional de Lisboa. Penitenciária Central. Seu significado no problema penal português sua história e descrição.* Lisboa: Oficinas Gráficas da Cadeia Nacional.

— (1949) – *Subsídios para o estudo do problema penal e prisional português.* Lisboa: Imprensa Nacional.

SANTOS, José Beleza dos (1955) – *Relatório sobre os Estabelecimentos Prisionais (1939),* Lisboa: Imprensa Nacional.

SILVA, J. J. Henriques da (1925) – *Relatório do Delegado do Governo Português ao IX Congresso Penitenciário Internacional de Londres.* «Boletim do Instituto de Criminologia», 7. Lisboa, p. 475-498.

SILVA, Rodolfo Xavier da (1916) – *Os Reclusos de 1914 – Estudos estatísticos e Antropológicos.* Lisboa: Oficinas Gráficas da Cadeia Nacional.

— (1926) – *Crime e Prisões.* 2.<sup>a</sup> edição. Lisboa: Livraria Depositária.

## IMAGENS

Figs. 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10 – *As Prisões em Portugal*, 1931.

Fig. 5 – *Jornal A Malta*. 3 de maio de 1930.

Figs. 2, 11, 12, 13 – *Cadeia Civil do Porto*, 1932.